

Controle externo do Judiciário é proposto por José Jorge

O relatório apresentado ontem por José Jorge sobre a reforma da Justiça institui a súmula vinculante de decisões do Supremo e o controle externo do Judiciário. Edison Lobão prevê que a emenda será votada pelo Senado até o fim do mês. A bancada governista debateu o assunto com o ministro Thomaz Bastos



DEBATE Ministro Márcio Thomaz Bastos analisa reforma do Judiciário com a bancada governista. José Jorge apresenta relatório na reunião da Comissão de Constituição e Justiça

Página 3

Cerrado e caatinga como patrimônio nacional

O cerrado e a caatinga poderão tornar-se patrimônios nacionais, conforme proposta de Demostenes Torres aprovada pela Comissão de Justiça e que será analisada pelo Plenário. A Constituição estabelece que a utilização de área considerada patrimônio nacional será feita “dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Página 4



RECONHECIMENTO Sarney e João Paulo recebem documento e oferecem apoio à luta das donas-de-casa

Donas-de-casa reivindicam aposentadoria

Mulheres entregaram aos presidentes do Senado e da Câmara abaixo-assinado com 1 milhão de assinaturas pedindo aposentadoria para dona-de-casa.

Página 5

CCJ examina recursos sobre CPI dos Bingos

Comissão de Justiça faz hoje reunião extraordinária para analisar recursos de Arthur Virgílio e Heloísa Helena.

Páginas 6 e 7

Tião Viana defende contrato com a Geap

Página 6

Mozarildo critica ação de agência alemã na Funai

O líder do PPS no Senado, senador Mozarildo Cavalcanti (RR), comentou ontem reportagem do *Jornal de Brasília* que denuncia a ingerência da agência alemã de cooperação GTZ na Fundação Nacional do Índio (Funai). De acordo com estudo realizado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, a diretora da GTZ, Carola Kasburg, e representantes do programa-piloto para a conservação das florestas tropicais do Brasil vêm ditando, há dez anos, "as regras da política indigenista brasileira, dentro da Funai".

Mozarildo aponta ingerência da GTZ na Funai

– O Ministério Público e a Polícia Federal precisam investigar a ingerência de uma organização estrangeira em uma instituição pública – declarou.

Mozarildo ressaltou que o relatório foi feito, a pedido da própria GTZ, por um antropólogo que não trabalha para a agência.

– O estudo afirma que a diretora da GTZ tem dupla atuação na Funai: a cooperação técnica e a cooperação financeira. Precisamos abrir essa caixa-preta dos financiamentos externos – conclamou.

O caso levou Mozarildo a defender proposta de sua autoria que dá ao Senado competência para homologar demarcação de terras indígenas e reservas ecológicas (PLS 172/00).

Agenda



Plenário examina MPs que trancam a pauta

Os senadores retomam hoje, às 14h30, a discussão de três projetos, originados de medidas provisórias, que trancam a pauta de votações. O primeiro (PLV 8/04) extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação (CFGÉ); o segundo (PLV 9/04) dispõe sobre a reestruturação da carreira previdenciária; e o último (PLV 10/04) institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior.

Sarney recebe governador de Sergipe

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h, o pároco da Catedral de Brasília, monsenhor Marcony Vinícius Ferreira. Às 12h, o senador tem audiência com o governador de Sergipe, João Alves (foto), e, às 15h30, Sarney preside a ordem do dia, no Plenário da Casa.



Ministro discute reaparelhamento da Força Aérea Brasileira



O ministro da Defesa, José Viegas, participa de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE), às 10h. O ministro, acompanhado do chefe do Subdepartamento de Desenvolvimento e Programa da Aeronáutica, brigadeiro Aprígio Azevedo, esclarece detalhes da aquisição, pelo governo brasileiro, de aeronaves militares para o reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB).

Comissão de Orçamento analisa novo relatório ao PPA

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) discute hoje, às 10h30, o parecer do senador Sibá Machado (PT-AC) sobre o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, que

detalha os investimentos do governo no período. Sibá foi nomeado relator da matéria após a rejeição do parecer do senador Roberto Saturnino (PT-

RJ), que previa a redução do superávit primário. O novo relatório mantém o índice em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Começa hoje ciclo de debates no Interlegis

O "Ciclo de Palestras sobre Sistemas de Informação no Legislativo" começa hoje, às 14h30. A solenidade de abertura, no auditório do Interlegis, será presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). O encontro pretende discutir, entre os dias 11 e 26 de março, temas como "Novas tecnologias em serviços de referência digital" e "Gestão dos serviços de informação digital". Os debates serão transmitidos por videoconferência para todas as assembleias legislativas brasileiras. Informações: (61) 311 3942.



CPIs definem atividades

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), realiza hoje, às 10h, reunião para a apresentação do calendário de atividades. Às 11h, a CPI do Banestado, que investiga o envio ilegal de dólares ao exterior, também define programação para o ano.

Entrevista na TV Senado

A TV Senado exhibe hoje, às 19h, entrevista com a senadora Fátima Cleide (PT-RO), parte de uma série de programas especiais em homenagem ao Ano Nacional da Mulher. Às 13h, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) e o subprocurador-geral da República, Moacir Moraes, falam sobre a compra da Garoto pela Nestlé.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Papaléo pede que o Cade reverta decisão sobre a Garoto

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) anunciou ontem que está alinhado com os que defendem a imediata reversão da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que determinou a venda do controle da fábrica de chocolates da Garoto, adquirida pela multinacional Nestlé.



Decisão muda negócios no país, afirma Papaléo

– A decisão do Cade corresponde a impacto negativo na estratégia empresarial e altera o panorama dos negócios no país – acrescentou.

Mão Santa (PMDB-PI), em aparte, observou que o governo "errou mais uma vez" e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que apresentou projeto que cria a Comissão de Defesa do Consumidor do Senado.

Tebet defende curso de Medicina em Dourados

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez ontem apelo ao Ministério da Educação para que não feche o curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, localizado no município de Dourados. Segundo ele, o curso vem funcionando há cinco anos com professores voluntários e, agora, o ministério quer fechá-lo sob o argumento de que a universidade não atendeu às exigências para funcionamento.

– Será que o MEC não sabe que o curso funciona há cinco anos? Por que não liberam recursos para o hospital universitário e para a biblioteca? – questiona.

Tebet disse que os alunos estão ameaçados de não conseguirem o diploma após cursarem Medicina por cinco anos.



Tebet: formatura dos alunos está ameaçada

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Comissão de Justiça concede vista até quarta-feira do relatório de José Jorge. Em reunião com bancada governista, Thomaz Bastos anuncia projetos com mudanças infraconstitucionais

Suplicy sugere reflexão sobre instituto

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu aos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que reflitam mais sobre a súmula vinculante. Ele lembrou as posições divergentes entre o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, contrário à proposta, e o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, que é favorável à introdução do instituto.

Marcelo Crivella (PL-RJ) disse que irá apresentar emendas à proposta e fez um apelo ao relator para que seja sensível às suas sugestões. Os senadores Demostenes Torres (PFL-GO) e Jefferson Péres (PDT-AM) apoiaram o parecer. Tião Viana (PT-AC) destacou a contribuição "valerosa" do senador José Jorge durante a discussão da proposta de reforma da Previdência Social.

Antonio Carlos quer conselho por meio de lei complementar

Durante a reunião, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) propôs que a composição do Conselho Nacional de Justiça seja por lei complementar, para não criar obstáculos que atrasem a votação da reforma.

Antonio Carlos também sugeriu que os juízes só possam rejeitar sua promoção na carreira uma única vez, como medida "altamente moralizadora". Segundo ele, há juízes que não aceitam remoção "para fazer política ou negociação no lugar onde estão".

Alvaro Dias (PSDB-PR) solicitou ao relator que seja mantido o texto aprovado na Câmara dos Deputados que extingue os Tribunais de Alçada, existentes apenas no Paraná e em São Paulo.

Magistrado pede mudanças da legislação ordinária

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Cláudio Baldino Maciel, que lhe entregou documento com sugestões da entidade aos parlamentares visando promover alterações na legislação ordinária que resultem em melhora da eficiência do Judiciário.

Cláudio Baldino explicou que a iniciativa da associação não se vincula à proposta de reforma do Judiciário em tramitação no Senado porque considera mais produtivo resolver os gargalos do sistema jurisdicional brasileiro sem alterar a Constituição.

Relator propõe súmula vinculante apenas para decisões do Supremo

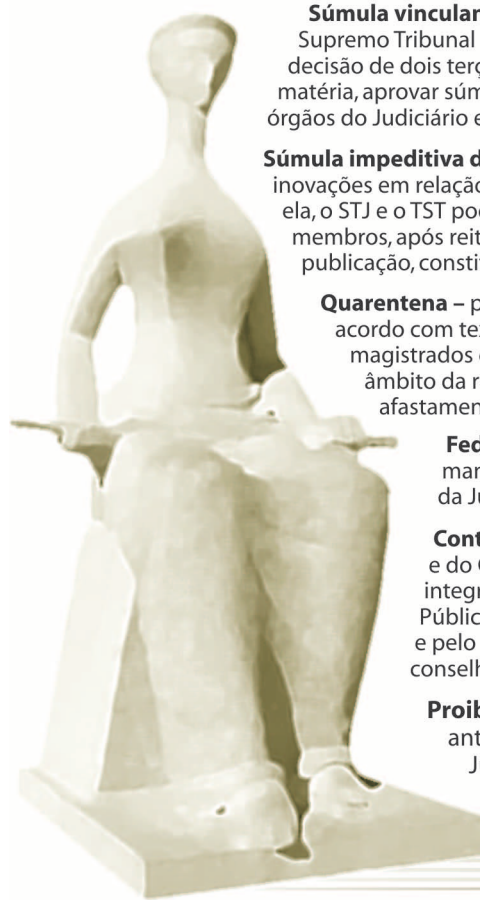
O relatório apresentado ontem pelo senador José Jorge (PFL-PE) sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) de reforma do Poder Judiciário mantém, com algumas alterações, o conteúdo básico do texto aprovado pelos deputados. A proposta institui a súmula vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal e o controle externo do Judiciário.

Ele acrescentou a criação da súmula impeditiva de recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e propôs a supressão do poder de determinar a perda de cargos de integrantes do Judiciário e do Ministério Público pelos conselhos que deverão ser instituídos no âmbito da reforma.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), concedeu, durante a reunião, vista coletiva da matéria (PEC 29/03) até a próxima quarta-feira.

Instrução criminal

O relator também sugeriu outras três novas PECs, que deverão tramitar separadamente e ser examinadas pelos deputados se forem aprovadas no Senado. Essas propostas instituem o juizado de instrução criminal para infrações penais definidas em lei; prevêm a substituição dos precatórios



por títulos sentenciais, para que os pagamentos devidos pela União, estados, Distrito Federal e municípios, em virtude de decisão judicial, sejam feitos na ordem cronológica da apresentação; e alteram as

Principais pontos do parecer de José Jorge

Súmula vinculante – acolhe o texto da Câmara dos Deputados para que o Supremo Tribunal Federal (STF) possa, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre a matéria, aprovar súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Judiciário e à administração pública.

Súmula impeditiva de recursos – considerada pelo relator uma das principais inovações em relação ao texto encaminhado pela Câmara dos Deputados. Com ela, o STJ e o TST poderão, por ofício ou provocação, mediante dois terços de seus membros, após reiteradas decisões, aprovar súmula que, a partir de sua publicação, constituir-se-á em impedimento à interposição de quaisquer recursos.

Quarentena – para os membros do Judiciário e do Ministério Público, de acordo com texto encaminhado pela Câmara dos Deputados. Com isso, os magistrados e membros do MP ficam impedidos de exercer a advocacia no âmbito da respectiva atuação antes de decorridos três anos do afastamento por aposentadoria ou exoneração.

Federalização dos crimes contra os direitos humanos – mantém o texto da Câmara que desloca para a competência da Justiça Federal os crimes contra os direitos humanos.

Controle externo – por meio do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, compostos por integrantes do Judiciário, advogados, membros do Ministério Público e representantes da sociedade indicados pela Câmara e pelo Senado. O relator propõe a supressão dos poderes dos conselhos para determinar a perda de cargos.

Proibição de nomear parentes – propõe o retorno do texto anteriormente aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que veda a nomeação de parentes para cargos de comissão no âmbito da jurisdição de cada tribunal ou juízo.

competências do STJ.

Alterações

A mudança constitucional que sairá do Legislativo, na opinião do senador, é apenas um primeiro passo para reestruturação do Judiciário.

Ele disse concordar com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para quem essa não é uma reforma completa, pois muitas alterações de ordem infraconstitucional necessitam ser realizadas.

Mercadante prevê rápida aprovação da proposta

Após reunião da bancada governista com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para tratar da questão da reforma do Poder Judiciário, na manhã de ontem, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), elogiou a atuação do relator da proposta e previu a rápida aprovação da matéria.

– O senador José Jorge redigiu um relatório negociado com o governo. Ele se comportou como relator e não como um integrante da oposição – afirmou Mercadante.

Durante a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em que foi lido

o parecer do relator, o presidente do colegiado, senador Edison Lobão, disse acreditar que até o final de março a reforma possa ser votada no Plenário.

Inclusão social

Entre os principais pontos da reforma, o líder do governo destacou o controle externo do Poder Judiciário, a unificação dos concursos de juízes, "para evitar favorecimentos", a adoção da quarentena de três anos para que juízes aposentados possam advogar no mesmo tribunal onde trabalhavam, as súmulas vinculantes, a federalização dos crimes contra os direitos humanos e o fortaleci-

mento da defensoria pública, medida que qualificou como de inclusão social, por permitir que os mais pobres tenham direito a advogados.

Segundo Mercadante, a bancada de apoio ao governo defende a tese de que o Conselho Nacional de Justiça possa afastar da carreira os juízes comprovadamente desonestos. Na sua opinião, a criação do conselho é uma decisão a favor do próprio Poder Judiciário.

– A bancada entende que os juízes corruptos e bandidos não podem continuar na magistratura, e não vejo possibilidade de uma reforma sem a adoção do controle externo –

informou Mercadante.

Ao final da reunião, o ministro da Justiça classificou a criação do Conselho Nacional de Justiça como o "eixo transformador para a criação de um novo Poder Judiciário". Thomaz Bastos anunciou que o governo enviará ao Congresso Nacional, até o final do primeiro semestre, os primeiros "três ou quatro" projetos infraconstitucionais de regulamentação da reforma do Judiciário. As propostas, disse o ministro, serão ainda analisadas em audiências públicas. E a aprovação das matérias, previu, poderá "agilizar bastante" os trabalhos da Justiça.



ELOGIOS Projeto de Antero terá decisão terminativa na Comissão de Educação

Programa de educação indígena deve ter recursos

Pelo menos 1% dos recursos do salário-educação deverão ser aplicados em programas e projetos de educação indígena vinculados ao ensino fundamental público. A vinculação foi estabelecida no Projeto de Lei 252/99, de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que teve parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na reunião de ontem, e será encaminhado à Comissão de Educação (CE), onde tramita em caráter terminativo.

A proposta foi analisada pela CCJ a pedido da própria Comissão de Educação, para que fossem discutidas a constitucionalidade e a juridicidade da matéria. O relator do projeto, Aloizio Mercadante (PT-SP), adotou apenas uma emenda ao texto original, para substituir a expressão “nações indígenas” por “populações indígenas”. “A expressão nos parece imprópria, porquanto não há como se admitir senão a nação brasileira dentro do território nacional”, ressaltou o relator.

Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou o projeto e Alvaro Dias (PSDB-PR) apontou as qualidades da proposta, mas alertou que ela poderá ser alterada na CE.

Cerrado e caatinga podem ser patrimônios nacionais

Proposta de Demostenes Torres é aprovada na CCJ e vai ao exame do Plenário do Senado

O cerrado e a caatinga poderão compor – juntamente com a floresta amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal mato-grossense e a zona costeira – o conjunto de biomas apontados como patrimônios nacionais pela Constituição. Proposta de emenda nesse sentido (PEC 51/03), de autoria do senador Demostenes Torres (PFL-GO), recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será agora analisada pelo Plenário.

Segundo o texto constitucional, a utilização de cada área



IMPORTÂNCIA Para Demostenes, inclusão dos dois biomas corrige falha

considerada patrimônio nacional será feita “dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”. Para o autor da proposta analisada pela CCJ, a in-

clusão do cerrado e da caatinga “corrigirá uma falha que carece de justificativa científica e, certamente, resulta da restrita divulgação da importância dessas formações vegetais”.

O cerrado, lembra Demostenes, ocupa cerca de um quarto do território nacional e apresenta elevada diversidade biológica. A caatinga, observa ainda o senador, espalha-se por 850 mil quilômetros quadrados do semi-árido nordestino e enfrenta problemas de degradação ambiental decorrentes, a seu ver, do processo de ocupação da região.

O relator da matéria, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), condena qualquer discriminação entre os diversos ecossistemas nacionais, que leve a considerar alguns mais importantes ou significativos do que outros.

Plenário vota projeto que torna impenhoráveis máquinas agrícolas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou e encaminhou para exame do Plenário o parecer do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) a projeto que torna impenhoráveis as máquinas, implementos e equipamentos agrícolas pertencentes a produtor rural constituído como pessoa física ou empresa individual.

Crivella apresentou um texto substitutivo à proposta original (PLS 41/99) incluindo exceções para os casos de impenhorabilidade dos equipamentos agrícolas. Segundo a proposta do relator, estão excluídos da impenhorabilidade os casos em que os bens tenham sido objeto do financiamento e estejam vinculados



APROVAÇÃO Simon acaba concordando com mudanças propostas pelo relator

em garantia à operação financiada ou respondam por dívida de natureza alimentar ou trabalhista.

O autor do projeto, senador Pedro Simon (PMDB-RS), inicialmente discordou da mudança por acreditar que ela torna-

ria nula a eficácia do projeto. Após as explicações do relator e da defesa das alterações feitas pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), Simon mudou sua posição e concordou com a aprovação do substitutivo.

Crivella explicou que são apenas três casos estabelecidos como exceção e que seu objetivo foi aperfeiçoar a proposta. Para Demostenes, o texto original poderia incentivar o calote e as mudanças preservam o espírito da proposta inicial dando tratamento isonômico a outras situações previstas na legislação, como a que se refere à casa própria, cuja impenhorabilidade também tem exceções.



RELATOR Projeto, aprovado na CCJ, recebeu parecer favorável de João Alberto

Carros deverão ter faróis acesos em rodovias durante o dia

Os motoristas poderão ser obrigados a trafegar com os faróis acesos nas rodovias durante o dia, com o objetivo de reduzir os riscos de acidentes nas estradas brasileiras. A medida está prevista no projeto de lei da Câmara dos Deputados (43/02) que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será agora apreciado pelo Plenário do Senado.

O projeto foi aprovado sob a forma de substitutivo elaborado pelo relator da matéria, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), segundo o qual “o condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite, em qualquer via, e durante o dia e a noite, nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias”.

“É inegável que o uso dos faróis, em qualquer circunstância, aumenta a visibilidade do veículo, tornando o trânsito mais seguro”, afirma João Alberto em seu relatório. Ele destaca ainda que a obrigatoriedade dos faróis acesos durante o dia ajudou a diminuir o número de acidentes em estradas de países europeus e do Canadá.

Constituição pode disciplinar funcionamento de agências

As agências reguladoras, atualmente disciplinadas por leis ordinárias, poderão ter seu funcionamento regido pela Constituição. A proposta, formulada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), obteve parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ontem, e pretende, segundo o autor, evitar as ameaças à autono-

mia de gestão por injunções políticas que possam resultar em “variações abruptas de regras, à negativa dos contratos e ao privilégio concedido aos desejos imediatos do Poder Executivo”.

Ao aprovar o relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO), favorável a essa proposta de emenda à Constituição (PEC 81/03), os integrantes

da CCJ deram seu aval para que as agências tenham princípios como a defesa do consumidor e da livre concorrência; mínima intervenção na atividade empresarial; universalização, continuidade e qualidade dos serviços; independência funcional, decisória, administrativa e financeira; escolha de dirigentes com estabilidade durante os mandatos; e estabilidade e

previsibilidade das regras.

A proposta de Jereissati institui o controle externo das agências reguladoras e estabelece que toda a regulamentação será feita em lei complementar. Para o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a PEC é uma forma de dar unidade aos papéis das diversas agências, que foram criadas em momentos históricos diferentes.



Célio Azevedo



CÓDIGO DE HONRA Crivella sugere destituição do comando onde houver sumiço de armas

Crivella cobra solução para roubo de armas em quartéis

Ao denunciar que dez submetralhadoras Beretta foram roubadas do quartel da Marinha do Rio de Janeiro, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) sugeriu ontem que as autoridades militares adotem um “código de honra” para evitar semelhantes episódios: a destituição do comandante militar da unidade em que ocorrer roubo de armamentos. Na opinião de Crivella, que já serviu às Forças Armadas, nada acontece no regimento sem o conhecimento do comandante.

Para o senador, o estado do Rio de Janeiro não suporta mais a violência, e as autoridades têm que dar um basta aos grupos armados.

Antero pede que governo atenda policiais

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) fez um apelo ao governo pela abertura de negociações com os grevistas da Polícia Federal. Antero afirmou que as reivindicações dos funcionários da PF são justas, havendo até uma decisão da Justiça Federal para que sejam reajustados os vencimentos dos agentes, escrivães e papiloscopistas.

– O governo conhece a decisão, reconheceu o direito, mas não paga a nova tabela. A comissão que representa os grevistas apresentou uma proposta, mas o governo se recusa a abrir negociações ou apresentar uma contraproposta – explicou o senador.

Na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, Antero disse ser testemunha pessoal da dedicação e da eficiência dos policiais federais.

Sarney e João Paulo dão apoio às donas-de-casa

Mulheres com renda familiar de até dois salários mínimos querem se aposentar aos 60 anos

Os presidentes do Senado e da Câmara, senador José Sarney e deputado João Paulo Cunha, receberam ontem um abaixo-assinado com 1 milhão de assinaturas entregue por participantes da Marcha Nacional em Defesa da Aposentadoria das Donas-de-Casa. Sob aplausos, os dois parlamentares manifestaram apoio à idéia.

Maria das Graças Vieira, presidente da Associação das Donas-de-Casa de Goiás, fez a entrega do documento, pedindo a deputados e senadores que olhem pelas mulheres que tanto contribuíram para que eles chegassem ao Legislativo.

Ao receber o documento, Sarney condenou a discriminação do trabalho realizado pela

dona-de-casa e disse que as trabalhadoras do lar exercem uma regência familiar, que é moral e material, sem um turno definido, numa dedicação exclusiva e permanente.

O presidente do Senado prometeu apoio à proposta das donas-de-casa.

No mesmo tom, João Paulo Cunha reclamou “a mudança cultural que o Brasil precisa fazer para que as mulheres tenham o seu reconhecimento e exerçam seu poder, onde quer que estejam, na mesma proporção que os homens o exercem”.

Centenas de donas-de-casa de todo o país vieram a Brasília para a marcha, organizada pelos comitês estaduais formados para debater a proposta de emenda à Constituição 385/01, da deputada Luci Choinacki (PT-SC), que institui a aposentadoria para as donas-de-casa com mais de 60 anos e renda familiar de até dois salários mínimos.

Paralisação dos trabalhos

Cercado pelos jornalistas à saída do encontro com as donas-de-casa, o presidente do Senado foi indagado sobre o risco de paralisação dos trabalhos da Casa na hipótese de instalação da CPI dos Bingos.

– De maneira nenhuma. O Senado está funcionando normalmente, votando medidas provisórias. Terminamos a do setor elétrico, vamos terminar a votação das outras medidas. O que se tem que fazer é isso mesmo, é o processo legislativo ordinário, e não passionalizar questões que são políticas – argumentou.

Sarney informou ainda que o Legislativo está chegando a uma fase conclusiva sobre a reforma do Judiciário. Com a apresentação do parecer do relator na CCJ, mesmo com o pedido coletivo de vista da proposta, Sarney disse que na próxima semana a matéria já poderá ser decidida na comissão para ser enviada a Plenário.

Heloísa Helena defende reivindicações de mulheres

Ao participar ao Plenário a realização de uma marcha de mulheres donas-de-casa, ontem, na Esplanada dos Ministérios, reivindicando o seu direito à aposentadoria por idade, a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) disse que elas realizam um “trabalho quase escravo, que não é valorizado por quase ninguém”.

Heloísa afirmou que o Senado errou ao não ter incluído, na reforma da Previdência, uma emenda de sua autoria, concedendo essa aposentadoria às donas-de-casa. Ela relatou que só foi possível incluir a medida na chamada emenda paralela da Previdência, que agora está engavetada na Câmara dos Deputados.

Roosevelt Pinheiro



LAMENTO Heloísa Helena: “Dona-de-casa brasileira realiza trabalho quase escravo”

CAS beneficia “soldados da borracha”

Os chamados “soldados da borracha”, seringueiros que trabalharam no esforço de guerra assegurando a produção e o abastecimento de borracha aos exércitos aliados durante a II Guerra Mundial, deverão ter direito a pensão mensal vitalícia equivalente a dois salários mínimos (R\$ 480) sem a obrigação de comprovar materialmente que exerceram a função. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao aprovar, por unanimidade, parecer da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) a projeto de autoria do senador Sibá Machado (PT-AC).



IMPOSSIBILIDADE Sibá diz ser difícil comprovar recrutamento de soldados 60 anos depois

De acordo com o projeto, fará jus ao benefício quem comprovar que participou do esforço de guerra mediante prova tes-

temunhal. A proposta segue agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será apreciada em decisão terminativa.

Sibá informou que a Constituição de 1988 garantiu pensão vitalícia no valor de dois salários mínimos aos “soldados da borracha”, mas dez anos depois uma medida provisória condicionou o pagamento do benefício à apresentação de prova material, o que, observou, tornou quase que impossível qualquer cidadão provar que foi um “soldado”, já que o recrutamento ocorreu em setembro de 1943.



APREENSÃO Maciel fica surpreso com decisão que pode prejudicar programa social

Marco Maciel critica corte de 80% das verbas do Peti

O senador Marco Maciel (PFL-PE) disse ontem estar surpreso com o corte, determinado pelo governo, de 80% das verbas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Para Maciel, o fato causou, ao mesmo tempo, surpresa e apreensão, uma vez que, desde a promulgação da Constituição de 1988, o combate ao trabalho infantil tornou-se uma das prioridades da agenda social do país.

Maciel explicou que, sobretudo a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, “um notável trabalho começou a ser implementado com resultados visíveis e ampla aceitação da sociedade”.

O Peti é um programa do governo federal voltado para famílias vítimas da pobreza e exclusão social, com renda *per capita* de até meio salário mínimo, que tem por objetivo retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho perigoso, penoso, insalubre ou degradante. Surgido a partir de iniciativa dedicada à erradicação do trabalho infantil nas minas de carvão de Mato Grosso do Sul, em 1996, o programa já atende a 810 mil crianças em 2.601 municípios brasileiros.

Cada família participante do programa recebe uma bolsa mensal no valor de R\$ 40 por criança. Nas áreas rurais e em municípios com menos de 250 mil habitantes, a bolsa corresponde a R\$ 25 para cada criança cadastrada.

Para demonstrar o êxito do Peti, o senador observou que a taxa de crianças entre 5 e 17 anos que trabalham passou de 19,6%, em 1992, para 12,7%, em 2001, segundo os dados do IBGE. Com o corte, estariam previstos apenas R\$ 100,2 milhões no Orçamento de 2004.

Moreira Moritz

DENÚNCIAS

Atuação do filho de José Dirceu na liberação de verbas motiva debate em Plenário. Denúncia de favorecimento à Geap pelo governo federal também gera discussão. CAS convoca audiência para esclarecer se houve irregularidade



DEFESA Maguito Vilela rejeita denúncias contra o ministro-chefe da Casa Civil

Maguito lê artigo com crítica a quem faz acusação

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) criticou, em discurso, as denúncias contra o ministro José Dirceu. O parlamentar leu artigo do jornalista goiano Batista Custódio, publicado na última segunda-feira pelo jornal *Diário da Manhã*, que acusa de corruptos os políticos que hoje querem julgar Dirceu.

– Não há como manchar José Dirceu sem sujar junto a história da redemocratização política do Brasil. Dirceu não entregou a pátria ao capital estrangeiro. Dirceu não vendeu o sangue dos companheiros tombados na luta aos balcões da ditadura. Dirceu não traiu o povo pelas escadarias que o levaram ao poder. Dirceu não se perdeu no Palácio do Planalto do moço que o engrandeceu nas planícies da liberdade e tingiu com o verde da esperança o luto dos que caíram como mártires para que não morresse o pensamento livre – afirma o jornalista goiano.

Maguito disse concordar com Custódio, que estaria traduzindo “a realidade política” em suas palavras. Para o jornalista, “todo candidato pega ajuda para cobrir os custos da campanha eleitoral – só não pega aquele que pede e não a consegue”. A diferença estaria entre os que se socorrem dos amigos e aqueles que recorrem a dinheiro sujo.

No artigo citado, o jornalista alerta para a tolice dos que acreditam que o escândalo dos caixas de campanha e extorsão ou propinas centra-se no ex-assessor Waldomiro Diniz e no bicheiro Carlos Cachoeira.

Tião Viana defende Geap e atuação de Zeca Dirceu

Em nome da liderança do PT, o senador Tião Viana (AC) defendeu ontem o contrato firmado entre o governo e a Fundação de Seguridade Social (Geap). Ele também contestou denúncia contra José Carlos Becker de Oliveira e Silva, o Zeca Dirceu, que é filho do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, Zeca atuou junto ao governo para liberar R\$ 607 mil de verbas para obras em duas cidades do noroeste do Paraná.

Viana disse acompanhar “com profundidade” a atuação da Geap nos últimos 15 anos, lembrando que a instituição surgiu antes das seguradoras privadas e atende 300 mil ser-



SERVIÇO Tião Viana lembra que entidade atende principalmente servidores de baixa renda

vidores federais, especialmente de baixa renda. Ele negou qualquer tipo de favorecimento à entidade, por parte do governo, acrescentando que a de-

núncia partiu de uma ação das empresas privadas para atingir a Casa Civil da Presidência da República.

Conforme o parlamentar, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) já convocou a diretora-executiva da Geap, Regina Ribeiro Parizi Carvalho, para explicar o contrato. Viana acredita que o assunto será devidamente esclarecido. “Fazer uma pequena modificação em um decreto não me parece algo errado”, afirmou.

Respondendo ao senador Osmar Dias (PDT-PR), Tião Viana disse que existe um “ambiente de denúncia” e uma ação política que visa apenas desmoralizar José Dirceu.



DECISÃO Agripino volta a exigir instalação de CPI para apurar ocorrência de atos ilícitos

Agripino vê concentração de poder no atual governo

Afirmando que a concentração de poder cria um ambiente propício para a corrupção, o senador José Agripino (PFL-RN) manifestou sua preocupação com o governo Luiz Inácio Lula da Silva devido ao que chamou de “hábito do Executivo de permitir a concentração de poder”. Ele defendeu uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as diversas suspeitas de ilícitos envolvendo membros do governo.

Um dos assuntos que precisam ser esclarecidos, segundo o senador, é o decreto do governo que teria favorecido à Fundação de Seguridade Social (Geap) com o monopólio da prestação de serviços de saúde para os servidores públicos federais. Agripino registrou que a diretora-executiva da Geap, Regina Parizi, disputou, e perdeu, na última eleição um cargo de deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores.

– Não quero fazer nenhuma insinuação maldosa, até porque não conheço Regina. Sei que tem uma cara simpática, de gente boa, mas através de artifícios ardilosos contidos em um decreto o governo estabeleceu esse monopólio. Por que o servidor público não pode optar por um serviço? Por que tem que ficar preso à Geap?

Agripino lembrou que todo o país comenta o excesso de poder concentrado na Casa Civil da Presidência, e citou várias denúncias feitas com algum tipo de ligação com o órgão. Ele destacou que a última, veiculada na edição de ontem do jornal *Folha de S. Paulo*, envolve o filho do ministro José Dirceu.

Comissão quer esclarecimento de denúncias

A Comissão de Assuntos Sociais vai realizar audiência pública para averiguar se houve ou não irregularidades e favorecimentos à Fundação de Seguridade Social (Geap) na regulamentação dos planos de saúde dos servidores públicos. O colegiado deseja ainda esclarecer se a entidade monopoliza serviços ao funcionalismo federal e estadual. A data da audiência será marcada.

A decisão foi tomada na reunião de ontem, com a aprova-

ção de requerimentos dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB. Ambos os requerimentos foram baseados em denúncias publicadas pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Apesar de reconhecer que as denúncias devem ser apuradas, Viana destacou os “relevantes serviços” prestados pela Geap. Ele observou que, no governo Lula, a instituição resgatou grande parte de sua dívida, “o

que demonstra uma rigorosa gestão”.

Virgílio argumentou, no entanto, que o Decreto 4.978, de 4/2/04, abriu espaço para que ministérios, empresas públicas e autarquias que tenham contrato com outras operadoras de planos de saúde sejam obrigados a aderir à Geap.

Na mesma reunião, foi aprovada a criação da Subcomissão Permanente do Meio Ambiente, que funcionará no âmbito da própria CAS.

Osmar: ação de filho do ministro não pode substituir emendas parlamentares

Embora considere legítimo que José Carlos Becker de Oliveira e Silva, filho do ministro José Dirceu, acompanhe prefeitos do Paraná para tentar obter recursos, Osmar Dias (PDT-PR) disse, ontem, não concordar que essa atuação substitua as emendas dos parlamentares, até agora não liberadas. O senador afirmou que os parlamentares, “que têm esse direito constitucional”, estão revoltados com a situação.

– Seria normal se o governo tivesse liberado as emendas individuais dos parlamentares que se elegeram e que apresentaram as emendas. As minhas emendas não foram liberadas,



REAÇÃO Osmar Dias cobra liberação de verbas resultantes de suas emendas

agora o filho do ministro consegue recursos para prefeituras. Acho que tenho mais direito do que qualquer filho de mi-

nistro – frisou o senador, qualificando a prática como “abuso de poder”.

Osmar afirmou que defende a liberação dos recursos solicitados pelo filho de José Dirceu, mesmo que suas próprias emendas sejam preteridas, porque os prefeitos não podem ser prejudicados. Mas anunciou que vai acompanhar a condução dessa questão pelo governo. O senador ressaltou, no entanto, que não ficava bem para o governo do PT liberar verba em razão de um privilégio familiar. Ele assinalou que essa prática não combina com a história de ética defendida pelo partido.

DENÚNCIAS

Comissão de Justiça deve decidir hoje sobre recursos relacionados à CPI dos Bingos. Demostenes acusa governo de agir como Ubaldo, o Paranóico. Alvaro condena pressão contra reforma política e Lúcia Vânia cobra ética do PT

Arthur Virgílio: PT coloca em risco a política econômica

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), acusou o governo de estar colocando em risco sua própria política econômica, a fim de abafar o escândalo Waldomiro Diniz e impedir a investigação de fatos estranhos como o assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, e o “caso Geap”, em que a em-

presa recebeu exclusividade no atendimento à saúde do servidor público federal.

– O caso Geap ainda não se configura em escândalo, mas o senador Tasso Jereissati está aprofundando estudos para que tenhamos melhores informações – afirmou o senador. Arthur Virgílio apontou ou-

tros fenômenos que considera suspeitos, como a presença do tesoureiro do PT em despachos com empreiteiros no Palácio do Planalto.

– O ministro José Dirceu disse que eram apenas tratativas políticas. Se for assim, acabaremos vendo José Genoíno [presidente do PT] cuidando de as-

suntos financeiros do partido, em total inversão das coisas.

O senador considerou “uma enorme irresponsabilidade colocar em risco a própria cabeça do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em uma tentativa desesperada de abafar e impedir a apuração de escândalos e episódios suspeitos”.



SUSPEIÇÃO Para Arthur Virgílio, governo tenta impedir a investigação de fatos estranhos

Roosevelt Pinheiro



RESPONSABILIDADE Lúcia Vânia afirma que parlamentares devem impedir descrença na política

Roosevelt Pinheiro

CCJ examina recursos sobre a CPI dos Bingos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi convocada extraordinariamente pelo seu presidente, senador Edison Lobão (PFL-MA), para decidir hoje, no final do dia, sobre dois recursos relativos à CPI dos Bingos. O relator será o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

O primeiro recurso, do senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, sustenta que o presidente do Senado tem competência para indicar integrantes de comissão parlamentar de inquérito quando os dirigentes dos partidos se recusarem a fazer tal indicação, situação que vem ocorrendo com a CPI dos Bingos.

O presidente do Senado, José Sarney, não aceitou na terça-feira, em Plenário, o recurso do líder do PSDB, argumentando



RAPIDEZ Edison Lobão convocou para hoje reunião extraordinária da CCJ

Célio Azevedo

que o Regimento do Senado não lhe confere tal atribuição. Além disso, Sarney informou que não pode usar por analogia o Regimento Comum (que trata do funcionamento conjunto das duas Casas do Congresso), em que o presidente tem tal faculdade, porque a

Constituição menciona explicitamente o Regimento do Senado nessa situação. Além disso, não se trata de um requerimento de CPI mista de deputados e senadores.

O segundo recurso foi apresentado pela senadora Heloísa Helena (sem partido-AL), a qual sustenta que os líderes da base governista no Senado estão sendo omissos no cumprimento de uma determinação constitucional – o funcionamento de uma CPI, caso seu requerimento de criação tenha um terço das assinaturas dos senadores e indique o fato a ser investigado.

Leomar Quintanilha dará parecer sobre os dois recursos. A base do governo, que não quer indicar os integrantes da CPI, tem maioria entre os 23 senadores da CCJ.

Lúcia Vânia diz que população não aceitará desvios éticos

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou ontem que a opinião pública tem sido tolerante com os desacertos do governo, mas será “implacável com os desvios éticos e com o desrespeito à lei”, numa referência à decisão da bancada governista de não permitir o funcionamento da CPI dos Bingos.

Para a senadora, está nas mãos dos parlamentares impedir que se alastre entre os brasileiros a descrença na política e nas instituições, “especialmente entre os jovens, que cobram com rigor a coerência dos políticos”.

– Não podemos correr o risco de consumir o último estoque de esperança do povo brasileiro. Mais grave do que o receio de paralisar o país é o desencanto capaz de desacreditar este Parlamento, uma instituição essencial à democracia.

Lúcia Vânia destacou a diferença de atitude entre o PT na época da oposição e o PSDB de hoje. Para ela, o PT oposicionista foi “ruidoso, inconseqüente e desastroso para o país”. Já o PSDB tem sido “firme, rigoroso, cauteloso e responsável”.

Demostenes aponta paranóia do PT, caudilhismo de Lula e inação de Bastos

Lançando mão de um personagem clássico das tiras de jornal – Ubaldo, o Paranóico – criado pelo falecido cartunista Henfil, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) atacou ontem o coro do governo e sua base no Senado contra uma comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de corrupção. Henfil, filiado ao PT, começou a desenhar Ubaldo ainda durante a ditadura militar, quando era muito presente o medo da repressão e intenso o desejo de liberdade.

Para Demostenes, as acusações do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de que a oposição está “namorando o peri-



REAÇÃO Segundo Demostenes, acusações de José Dirceu mostram que Ubaldo está vivo

Célio Azevedo

go” e que “alguns movimentos indicam que o objetivo é desorganizar o governo” são um sinal de que Ubaldo está vivo.

Demostenes lamentou que, somadas a essas manifestações antidemocráticas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha lançado recentemente advertência típica de um caudilho, ao afirmar que se errasse seria o fracasso da classe trabalhadora. Caudilho é um chefe político autoritário.

O senador goiano também criticou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que não tomou ainda providências para resolver a greve dos policiais federais, apesar de a reivindicação dos grevistas estar amparada na Lei 9.266/96, que reorganizou a carreira de policial federal.

Alvaro critica governo por abandonar a reforma política

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o governo de ceder às pressões de aliados e abandonar mais uma promessa de campanha – a reforma política – e de atentar gravemente contra a ética, ao sabotar a instalação das CPIs dos Bingos.

– É uma afronta à ética, à Constituição, ao Regimento Interno do Senado, cometida por um governo acuado, paralisado e sem rumo.

Alvaro afirmou que os investimentos externos já fogem do Brasil, por falta de confiança nas autoridades econômicas.

Para o senador, o Brasil devia seguir o exemplo da Argentina, em que o presidente Néstor Kirchner enfrentou “com coragem e responsabilidade” o Fundo Monetário Internacional (FMI), conseguindo um acordo favorável.

Em aparte, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que o boicote às CPIs promovido pelo governo empobrece a vida política brasileira. César Borges (PFL-BA) criticou a gestão da economia brasileira e afirmou que “não se pode acreditar neste governo”.



EXEMPLO Alvaro observa que Brasil deve agir como a Argentina e enfrentar o FMI

Roosevelt Pinheiro

Saturnino elogia incentivo à indústria nacional



Para Saturnino, governo acerta ao encomendar navios

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiou o anúncio feito pelo governo federal de que a Petrobras vai encomendar, ainda este ano, 52 navios petroleiros à indústria naval brasileira. Ele disse que a medida marcará o retorno das estatais como empresas de desenvolvimento, já que elas deixarão de ser apenas destinadas a dar lucro, principalmente para os seus acionistas.

– A medida corresponde ao esforço que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem fazendo nos fóruns internacionais para que sejam considerados no cômputo dos superávits fiscais os investimentos das estatais e do setor público de um modo geral – afirmou.

Mão Santa reprova uso abusivo de MPs



Mão Santa: "MP não é lei, é abuso de autoridade"

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o uso excessivo de medidas provisórias pelo governo, considerando irresponsável a forma como o presidente Lula faz uso desse instrumento. O senador lembrou que o Plenário não deliberou na noite de terça-feira sobre empréstimo de US\$ 100,4 milhões à prefeitura de São Paulo porque a votação foi bloqueada pela leitura de três medidas provisórias.

– Medida provisória não é lei, é abuso de autoridade – disse.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) protestou contra o cancelamento de 42 cursos em universidades estaduais do Paraná.

Eduardo critica rejeição a mudanças na MP do Fies

Ele lamenta que deputados do PT não tenham cumprido promessa de acatar seu projeto de conversão

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) criticou ontem a posição da bancada do PT na Câmara, por comandar a rejeição às mudanças aprovadas pelo Senado na medida provisória (MP 141/03) que estabelece novas regras para o Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Projeto de lei de conversão da MP, de autoria do senador, estabeleceu o fim da exigência do fiador; a ampli-

ação dos locais de inscrição; a criação de linha de financiamento para o programa; e a permissão para que as faculdades privadas usem os certificados do Fies na quitação de tributos federais, além da contribuição à Previdência.

– Foi um desrespeito e uma falta de compromisso com este relator.

A matéria ficou na forma em que foi enviada pelo Executivo – lamentou, referindo-se à promessa de que o projeto não seria mudado na Câmara, feita pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).



"Foi falta de compromisso", afirma Eduardo

Eduardo enfatizou a participação do deputado Professor Luizinho (PT-SP) no exame do projeto pela Câmara, dando àquele parlamentar "nota zero". O senador mostrou-se revoltado com a "insensibilidade" da bancada petista e com os argumentos usados pelos deputados para rejeitar as modificações introduzidas na MP pelo Senado. Citou como exemplo a alegação de que seriam muito altos os juros da linha de financiamento do BNDES.

Pavan condena bancada petista na Câmara

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) considerou inaceitável que o PT tenha derrubado na Câmara dos Deputados o projeto de conversão do senador Eduardo Siqueira Campos que beneficiava estudantes.

– É mais inaceitável ainda que o PT tenha tido entre os defensores da derrubada do

projeto de conversão um ex-professor, o deputado Professor Luizinho – disse. Ele leu carta de repúdio assinada pela Fe-



Pavan também se solidariza com greve da PF

deração Nacional dos Estudantes de Administração.

O protesto de Pavan teve a solidariedade dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Eduardo Siqueira Campos. Alvaro Dias lamentou o "desmonte" das universidades públicas, citando que o governo do Paraná vem reduzindo o número de alunos e fechando cursos. Tebet, por sua vez, sustentou que o Brasil

vive um momento de "decadência de sua universidade".

Também em aparte, Ana Júlia Carepa (PT-PA) cumprimentou o Ministério da Educação por um convênio que oferecerá curso preparatório a 30 afrodescendentes de Soure, na Ilha de Marajó (PA), o que lhes abrirá as portas da Universidade Federal Rural da Amazônia.

Ainda em seu pronunciamento, Pavan se solidarizou com a greve dos policiais federais e anunciou a chegada a Florianópolis do grupo de senadores que está examinando problemas de terras indígenas.

Ideli anuncia investimentos líbios e destaca conquistas do governo Lula

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), destacou ontem o que considera serem pontos positivos do governo Lula, reclamando que os demais senadores também os reconhecessem. As viagens internacionais do presidente da República têm recebido manifestações "ácidas e críticas" no Senado, ressaltou ela, especialmente a viagem aos países árabes.

Pois a viagem presidencial em busca de investimentos deu resultado, anunciou, relatando que comitiva líbia em visita ao Brasil registrou seu interesse por investimentos nas áreas

agroindustrial e de turismo. Além disso, a Companhia Líbia de Investimentos manifestou a intenção de investir US\$ 450 milhões em projetos de irrigação na Bahia. Para Ideli, o Senado deveria elogiar esse resultado, especialmente a bancada baiana.

César Borges (PFL-BA), em aparte, disse que elogiaria somente depois que os recursos aparecerem. "Os desabrigados das enchentes estão esperando verbas pro-



Senado deveria elogiar resultados, cobra Ideli Salvatti

metidas", afirmou.

Ideli ainda apontou como conquistas do governo o superávit na balança comercial, o crescimento da oferta de títulos públicos prefixados e a redução do percentual de vínculo da dívida pública ao dólar.

Em registro sobre a manifestação de donas-de-casa para reivindicar aposentadoria, Ideli informou que o pleito está contemplado na PEC Paralela da Previdência.

César Borges cobra verbas para metrô de Salvador

O senador César Borges (PFL-BA) classificou como "um absurdo" a solicitação da Procuradoria Geral da Fazenda ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) de cancelamento do repasse de US\$ 32 milhões referentes ao empréstimo para financiar parcialmente a construção do metrô de Salvador.

– A obra do metrô é essencial para o sistema viário e atenderá à população mais pobre – disse César Borges.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) comunicou que encaminhou correspondência ao presidente da República tratando do problema do metrô e de outros assuntos de interesse do estado.

Capiberibe quer divulgação de gastos públicos

Ao registrar que o debate político nacional tem girado em torno das denúncias envolvendo o ex-assessor Waldomiro Diniz, João Capiberibe (PSB-AP) fez um apelo ao presidente Lula no sentido de que ele determine a obrigatoriedade da divulgação, na Internet, de todas as contas públicas, incluindo os dados sobre arrecadação, empenhos e gastos.

– Está nas mãos do presidente da República a possibilidade de se adotar medida capaz de desferir o mais eficaz golpe na corrupção que, infelizmente, ainda pode ser constatada no Estado brasileiro. Este é o momento para implementar essa medida – afirmou Capiberibe.



Para César Borges, cancelamento de repasse é absurdo



Medida será golpe na corrupção, ressalta Capiberibe